

1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS				Nº	PCT 01
NOME	Comunidade Quilombola dos Arturos				
MUNICÍPIO	Contagem				
DISTRITO	Jardim Vera Cruz	URBANA	X	RURAL	-
ENDEREÇO	Rua Capelinha, 50, Jardim Vera Cruz.				
UTM	595917 E 7799687 S	LONG.		LAT.	



Figura 1: Candombe na Comunidade Quilombola dos Arturos durante Festa de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: IEPHA <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>. Acesso em 17/01/2024

01 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO COLETIVO

O Quilombo dos Arturos, localizado em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é uma comunidade quilombola reconhecida como Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais desde 2014. Fundada pelos descendentes de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Silva, tem cerca de 500 membros e mantém tradições culturais ricas, centradas na fé em Nossa Senhora do Rosário. A vida comunitária é marcada pelo Reinado e pelo Candombe, rituais que integram crenças africanas à fé católica. Festividades como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a Festa da Abolição são momentos importantes, onde a memória, a fé e a resistência cultural são celebradas.

02 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A comunidade é composta por cerca de 500 habitantes. Este número, embora relativamente pequeno, é significativo considerando que a comunidade se origina de um único ancestral comum, Arthur Camilo Silvério, e sua esposa, Carmelinda Maria da Silva. A população dos Arturos reflete um forte senso de identidade coletiva e pertencimento.

A estrutura etária da Comunidade dos Arturos é diversificada, abrangendo desde idosos, que são os guardiões das tradições e histórias, até crianças e jovens, que são ensinados desde cedo sobre a importância de suas raízes e cultura. A presença de várias gerações na comunidade assegura a transmissão de conhecimentos e práticas culturais, garantindo a continuidade de suas tradições.

A comunidade é caracterizada por uma forte estrutura familiar. Muitas famílias são extensas, com várias gerações vivendo sob o mesmo teto ou em proximidade imediata. Isso fortalece os laços familiares e promove um sentido de responsabilidade coletiva e apoio mútuo. A coesão familiar é um pilar crucial na manutenção das tradições e na organização social da comunidade.

Os Arturos são distintos pela sua profunda devoção religiosa, especialmente a Nossa Senhora do Rosário, e pela preservação de práticas culturais como o Congado, um ritual de origem africana que mescla elementos religiosos e culturais. A comunidade também se destaca pela sua música, dança, e artesanato, que são considerados elementos vitais de sua identidade cultural.

Ademais, a Comunidade dos Arturos exibe um exemplo de resiliência e adaptação, mantendo suas tradições e costumes em meio às pressões da modernidade e da urbanização. O coletivo demonstra uma notável capacidade de integrar novos aprendizados e experiências, sem perder de vista a importância de preservar seu legado cultural.

03**INFORME HISTÓRICO**

A formação da Comunidade dos Arturos, localizada no município de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, está profundamente enraizada na história de Arthur Camilo Silvério, filho de pais escravos, nascido por volta de 1855. A comunidade leva o nome de seu patriarca, Arthur Camilo, cuja vida e legado moldaram profundamente a identidade e as tradições da comunidade. Arthur Camilo, apesar de ter sido beneficiado pela Lei do Ventre Livre, enfrentou uma infância marcada por maus-tratos ao lado de seu padrinho. Eventualmente, ele fugiu e casou-se com Carmelinda Maria da Silva, com quem viveu na fazenda do Macuco, perto da cidade de Esmeraldas. O casal teve onze filhos, todos criados na fé de Nossa Senhora do Rosário.

A Comunidade dos Arturos, hoje, é composta por cerca de 500 pessoas, incluindo descendentes e

agregados, a maioria vivendo em terras herdadas de Camilo Silvério da Silva e Felisbina Rita Cândida, pais de Arthur Camilo. Camilo Silvério, um influente Regente do Congado da antiga Irmandade do Rosário de Contagem, transmitiu aos filhos os valores do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Com o passar dos anos, a Comunidade dos Arturos se estruturou em torno da família e da devoção a Nossa Senhora do Rosário, tornando-se um símbolo de resistência cultural e preservação de tradições afro-brasileiras como as folias, a culinária, a Benzeção, e o congado/reinado.

Na década de 1940, a família retornou a Contagem, ocupando o mesmo espaço geográfico desde então. Originalmente uma comunidade predominantemente rural, muitos de seus membros hoje trabalham em setores industriais e de construção civil da cidade, enquanto outros são servidores públicos ou trabalham em serviços domésticos. No entanto, uma parte significativa das famílias ainda mantém hortas e se dedica à pecuária de subsistência, preservando a conexão com suas raízes rurais e tradicionais. A transmissão do conhecimento e da tradição na Comunidade dos Arturos ocorre principalmente de forma oral, de pais para filhos, incluindo a prática do congado..

Com as mudanças sociais e econômicas, especialmente durante a transição das áreas rurais para as urbanas nos anos 70, a comunidade passou por transformações significativas. Apesar de não ser mais um agrupamento rural, a comunidade manteve muitas características de um "bairro rural", incluindo a solidariedade grupal e os laços de parentesco entre os moradores. A agricultura e a pecuária, que antes eram fontes de renda, passaram a ser praticadas principalmente para subsistência, com uma pequena parte da produção sendo comercializada.

Recentemente, em 2014, a Comunidade dos Arturos foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado de Minas Gerais. Este reconhecimento é crucial para a preservação e documentação da história e cultura da comunidade. Além disso, o Iepha realizou um documentário sobre a comunidade, destacando sua importância cultural.

04**CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL**

A Comunidade dos Arturos, localizada em Minas Gerais, Brasil, é um símbolo de resistência cultural e preservação de tradições. A vida comunitária é centrada na família e na devoção a Nossa Senhora do Rosário, e o Reinado e o Congado são elementos essenciais de sua identidade cultural. Estas práticas culturais diferem significativamente do cotidiano urbano contemporâneo, refletindo um modo de vida mais antigo e uma profunda conexão com suas raízes. A comunidade mantém viva a tradição do Congado, com seus sons e cânticos pelas ruas, evocando um passado distante dos tempos modernos de uma cidade do século XXI.

Essas práticas são fundamentadas em crenças, devoções e costumes tradicionais, formando um conjunto cultural que inclui saberes, sincretismo religioso, o simbolismo das festas e objetos simbólicos. A comunidade se adapta e interage com o ambiente urbano em constante mudança, mantendo-se resiliente às influências externas e absorvendo novos aprendizados. A vida dos Arturos se desenvolve em um espaço que é ao mesmo tempo residual e profundamente impactado por agentes externos, como o processo de urbanização e industrialização. As práticas culturais dos Arturos são, portanto, um reflexo de como eles mantêm sua identidade e tradições em meio a um contexto em constante transformação. (IEPHA/MG, 2014).

A Comunidade dos Arturos é reconhecida por sua dedicação na preservação das tradições herdadas de seus antepassados. Suas práticas culturais e religiosas são uma parte vital da sua identidade, e o reconhecimento de sua condição de comunidade tradicional tem sido fundamental para sua (re)existência. O legado do fundador da comunidade, o Senhor Artur, continua a ser preservado e valorizado pela comunidade, que recebeu o título de Patrimônio Imaterial em 2014 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

A estrutura social e os sistemas de organização da Comunidade dos Arturos são profundamente influenciados pelo Reinado, uma cosmovisão que define ações e posturas diante da realidade. O ano na comunidade é dividido em dois períodos: o reino "aberto" e o reino "fechado", marcados por atividades como o Candombe e as guardas, onde os tambores tocam e os congadeiros louvam a Virgem do Rosário. Essa prática integra crenças e valores africanos, especialmente de origem banto, à fé e liturgia católica, e é central na vida comunitária dos Arturos. (Ibid.)

O Candombe, um rito essencial na vida da Comunidade dos Arturos, possui múltiplos significados e é central tanto como um conjunto de tambores sagrados quanto como o próprio ritual realizado em torno deles. Este termo, acreditam os linguistas, origina-se de "Ca'ngoma", que significa "festa do tambor". Enquanto na América Latina, especialmente no Uruguai, o Candombe assume diferentes formas, em Minas Gerais, ele é mais reservado, geralmente restrito a um grupo familiar ou a uma comunidade específica, como os Arturos. As cerimônias são consideradas místicas, e acredita-se que o toque dos tambores - normalmente três - traz os antepassados escravos ao presente, compartilhando sabedoria e iluminação com os vivos.

Para os Arturos, o Candombe é o ritual mais solene e significativo, referido como o "pai do Reinado". Acredita-se que foram os instrumentos do Candombe que iniciaram o reinado terreno de Nossa Senhora, tirando-a das águas. Durante este rito, a comunidade revive as memórias de sofrimento e dor de seus

ancestrais escravos e sente a presença deles. Os três tambores presentes na comunidade – Santana, Santaninha e Jeremias – são sagrados e antigos, representando força e poder, e capazes de intermediar a comunicação entre os vivos e os mortos. Esta compreensão, enraizada nas tradições africanas, confere ao Candombe uma grande sacralidade. (IEPHA/MG, 2014).

A **Guarda de Congo**, parte do Reinado, reflete a mestiçagem cultural entre a fé cristã católica e os escravos negros. Composta por homens e mulheres de várias idades, ela apresenta uma hierarquia e participa ativamente nas festividades, tocando tambores e entoando cantos em devoção a Nossa Senhora do Rosário (Ibid., p. 78).

A **Festa de Nossa Senhora do Rosário** é uma das celebrações mais importantes da comunidade, marcada por uma série de ritos e expressões culturais. Durante esta festa, diferentes funções são assumidas pelos membros da comunidade, e todos se reúnem para louvar a Virgem. (Ibid., p. 82).

O **Levantamento de Mastros**, uma tradição ancestral, é outro elemento significativo. Este ritual, que simboliza a conexão entre a terra e o céu, é realizado em múltiplos momentos e por diversas motivações, constituindo um importante momento de criação da identidade devocional da comunidade (Ibid., p. 85).

A **construção de tambores** é uma atividade cultural relevante, mantendo viva a memória do período da escravidão e da resistência dos antepassados. Os tambores têm um papel central nas celebrações e são considerados sagrados, usados para a comunicação com os ancestrais africanos e na devoção a Nossa Senhora do Rosário. A tradição da construção dos tambores é passada de geração em geração dentro da Comunidade (Ibid., p. 88).

A **Festa da Abolição** é um evento complexo que celebra a libertação dos escravos e relembra a luta e o sofrimento dos antepassados. Inicialmente conhecida como "Reinadinho" ou "Festa Pequena", a celebração evoluiu ao longo dos anos, incorporando elementos como a encenação da assinatura da Lei Áurea e a caracterização de alguns membros da comunidade como escravos. Atualmente, a festa é usada como uma plataforma para discutir o papel do negro na sociedade e a luta por direitos. (Ibid., p. 90).

A **culinária** da Comunidade dos Arturos é um elemento central, promovendo a união entre os membros da família e visitantes. A comida, parte de um sistema culinário que integra o sabor, gosto e paladar com a fé, a alegria e os agradecimentos, está presente em todos os momentos, desde as vivências cotidianas até as festas rituais e celebrações tradicionais (Ibid., p. 92).

A **Festa do João do Mato** na Comunidade dos Arturos tem origens em práticas de solidariedade rural, baseadas no mutualismo laboral, característico do Brasil rural. Essa festa é um rito agrário simbólico, representando a expulsão da vegetação não cultivada, simbolizada pelo João-do-Mato, um ícone da natureza que deve ser controlada pelo trabalho humano. Este rito é marcado por cantos alegres ou lamentos, remetendo aos tempos de cativo dos ancestrais escravizados da comunidade.

Variantes desse rito incluem a criação de bonecos de palha, representando o João do Mato, que são queimados para simbolizar a limpeza da terra. O patriarca da comunidade, Arthur, aprendeu este ritual ainda jovem e o praticava em mutirões de capina, uma tradição que data do início do século XX.

Com o tempo, à medida que a comunidade dos Arturos evoluiu de trabalhadores rurais para urbanos assalariados, a periodicidade da Festa do João do Mato diminuiu, refletindo a mudança na relação da comunidade com a terra e a agricultura. Antes uma prática anual ligada à subsistência agrícola, agora, a festa ocorre de forma mais esporádica, servindo como uma expressão cultural que reafirma a identidade dos Arturos.

A festa, sustentada por um mito, reforça crenças na potencialidade e mistério da natureza, características de muitas sociedades tradicionais. Para os Arturos, esta celebração é uma forma de manter viva a memória e a interpretação do mundo de seus antepassados. Ela serve como um marcador identitário, separando e unindo os Arturos em sua cultura única e reforçando valores como a união e a resistência contra influências externas. Essas práticas religiosas, festividades e tradições culinárias retratam a riqueza e complexidade da Comunidade dos Arturos, mantendo viva a herança cultural de seus antepassados e reafirmando sua identidade no contexto cultural brasileiro (Ibid., p. 94).

As **Folias de Reis** nos Arturos, com raízes no final do século XIX, estão intrinsecamente ligadas à celebração dos Reis Magos. Originadas de uma promessa a São Sebastião, essas folias representam a junção entre o sagrado e o profano, incorporando elementos sacros nas performances dos palhaços que representam os Reis Magos e São Sebastião. As Folias de Reis são uma expressão que entrelaça fé, dança e diversão, mantendo viva a tradição na comunidade (Ibid., p. 94).

Além disso, o **Batuque**, uma dança de matriz africana introduzida por Arthur Camilo, emerge como uma expressão dinâmica e coletiva. Praticada em forma de roda, essa dança representa a fusão do sagrado e do profano, transmitida ao longo de gerações e recentemente revitalizada pela crença na presença dos antepassados nos festejos da Comunidade (Ibid., p. 94).

A Benzeção na Comunidade, centrada na fé em Nossa Senhora do Rosário, destaca-se como uma prática de cura necessária para os males que afetam os membros. Transmitida por Arthur Camilo e José Aristides, essa tradição continua com Mário Braz da Luz, mantendo viva a conexão espiritual da comunidade (Ibid., p. 100).

A Comunidade dos Arturos também desempenha um papel significativo no contexto educacional, com escolas no entorno realizando visitas para conhecer as atividades culturais e históricas desenvolvidas pela comunidade. Essas visitas ajudam a promover um entendimento mais profundo da cultura quilombola e de sua importância histórica e cultural. Além disso, a comunidade se engaja em atividades como a venda de camisas com motivos relacionados à comunidade e aos festejos realizados, bem como apresentações artísticas do grupo "Filhos de Zambi", que contribui para a sustentabilidade econômica da comunidade e para a difusão de sua cultura. Portanto, a Comunidade dos Arturos não só preserva as tradições herdadas de seus ancestrais, mas também as adapta e ressignifica no contexto contemporâneo, reafirmando sua identidade cultural e história através das gerações (Ibid., p. 107).

05 TERRITÓRIO E USOS DA TERRA

A Comunidade dos Arturos, é um exemplo de como uma comunidade quilombola interage com seu território e mantém práticas culturais e de manejo sustentável. O território da comunidade, originalmente uma área rural, tem sido habitado pelos descendentes de Arthur Camilo Silvério desde a aquisição do terreno por Camilo Silvério em 1888. Localizada no centro da cidade, na localidade de Domingos Pereira, a propriedade ocupa cerca de seis hectares. Essa área, apesar da modernização e urbanização circundante, ainda abriga práticas de subsistência tradicionais. (IEPHA/MG, 2014).

Muitos membros da comunidade continuam a manter hortas e se dedicam à pecuária de subsistência, preservando práticas agrícolas tradicionais e o conhecimento associado a elas. Nas quintas e matas da comunidade, os Arturos preservam conhecimentos antigos relacionados a raízes e plantas, refletindo uma relação profunda com a biodiversidade local e demonstrando a capacidade da comunidade em manter e transmitir práticas culturais e conhecimentos ambientais de geração em geração.

Os rituais e festas da comunidade também estão intrinsecamente ligados ao território e à sua história. O ritual do Levantamento de Mastros, realizado em locais simbólicos dentro e fora da comunidade, é um exemplo de como os espaços geográficos adquirem significado cultural e espiritual. Esses locais se tornam centros de atividades religiosas e culturais, reforçando os laços comunitários e a conexão com a terra.

A Festa do João do Mato, relacionada aos laços de solidariedade rural, é um exemplo de prática de manejo sustentável. Este rito, que remete à época da escravidão, envolve a limpeza de terrenos através da capina, demonstrando a importância da agricultura e do cuidado com a terra na comunidade. O ritual simboliza a luta contra a vegetação que cresce sem ser semeada, refletindo uma compreensão da necessidade de manejar e cuidar do ambiente para a subsistência e continuidade das práticas agrícolas.

Esses aspectos da vida na Comunidade dos Arturos ilustram como o território, a história, as práticas culturais e religiosas, o conhecimento ambiental e o manejo sustentável estão interligados, formando a base da identidade e subsistência da comunidade.

06 **MAPA**



Figura 2: Localização da Comunidade Quilombola dos Arturos

07 **INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

O bairro Jardim Vera Cruz, em Contagem, onde está situada a comunidade, possui infraestrutura desenvolvida, incluindo importantes hospitais (Hospital Santa Helena, Iria Diniz, Unidade de Referência para a Saúde da Família) e serviços médicos e odontológicos. Conta com instituições de ensino, como a Escola Municipal Vasco Pinto da Fonseca.

Comercialmente, o bairro dispõe de restaurantes, lojas de departamento e do Mercado Central de Contagem. O bairro possui acesso a rede de energia elétrica, água potável e sistema de saneamento

básico. Localizado próximo aos bairros Inconfidentes, Riacho das Pedras e Amazonas, Jardim Vera Cruz tem boas vias de acesso, como a Avenida Dois e a Rua Johann Sadra, proporcionando facilidade de deslocamento e conectividade.

08 LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO COLETIVO

PROTEÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	MUNICIPAL		ESTADUAL		FEDERAL	-
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	MUNICIPAL		ESTADUAL	-	FEDERAL	-

DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA

Em 2014, a Comunidade Quilombola dos Arturos foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais. Esse reconhecimento foi um marco importante, pois, além de valorizar a comunidade, permitiu a realização de uma pesquisa aprofundada sobre a história da comunidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Este reconhecimento não só ressalta a importância histórica e cultural da comunidade, mas também contribui para o fortalecimento da autonomia dos Arturos e o acesso a programas e ações do poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal.

- **Decreto nº 4.887/2003:** este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme previsto no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.
- **Decreto nº 4.886/2003:** institui A Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.288/2010- estatuto da igualdade racial:** essa lei prevê medidas de combate à discriminação racial e estabelece políticas de promoção da igualdade para diversos grupos, incluindo as comunidades quilombolas.
- **Decreto nº 6.040/ 2007:** institui a Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.261/ 2007:** dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- **Lei nº 11.947/2009:** esta lei determina que os recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, inclusive de comunidades quilombolas.

09 VULNERABILIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

O avanço da urbanização em Contagem impactou significativamente os espaços tradicionalmente usados pela Comunidade dos Arturos. Locais históricos e significativos foram alterados ou tornaram-se

inacessíveis, forçando a comunidade a reduzir o número de participantes em suas manifestações culturais ou mesmo a deslocar eventos para outros locais. Além disso, o uso do espaço interno da comunidade para a passagem de tubulação de tratamento de esgoto tem limitado a realização de atividades tradicionais, como o cultivo de roças para rituais agrários (IEPHA/MG, 2014).

A presença de tecnologias de fácil acesso e entretenimento pode representar um obstáculo à manutenção da condição de povo tradicional dos Arturos. Há uma preocupação em integrar essas tecnologias na comunidade, especialmente entre os jovens, para manter seu interesse nas tradições e atividades comunitárias. Esta é uma área delicada, pois envolve o equilíbrio entre a preservação das tradições e a adaptação às mudanças sociais e tecnológicas modernas (Ibid.)

Estes desafios destacam a complexidade de manter tradições culturais em um mundo em rápida mudança e sublinham a necessidade de estratégias adaptativas para garantir a continuidade e a vitalidade da cultura e da identidade da Comunidade dos Arturos.

10

FOTOGRAFIAS



Figura 3: Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: <https://www.mineirosnaestrada.com.br/comunidade-dos-arturos/>. Acesso em: 17/01/2024

Figura 4: Culinária em momento festivo. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>. Acesso em 17/01/2024



Figura 5: Candombe durante Festa de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>. Acesso em 17/01/2024

Figura 6: Festa do João do Mato. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>. Acesso em 17/01/2024

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Renata Vieira da. Conhecendo a Comunidade dos Arturos: Análise da intervenção pedagógica sobre o desenvolvimento do projeto. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57530/1/Renata%20Vieira%20da%20Cunha.pdf>.

GOMES, Natalina da Conceição. Comunidade dos Arturos: Limites e Possibilidades de um Povo. 2017.

Disponível em:

http://fape2.edu.br/uploads/1/0/0/8/100800682/tcc_comunidade_dos_arturos_limites_e_possibilidades_de_um_povo_natlinaethais.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG. Belo Horizonte, 2014.

Livro: "FORTELECIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARTUROS: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO SOCIAL."

Revista Ea – Revista Eletrônica de Extensão da URI, 2014. Disponível em: www.revistaea.org.

SILVA, José Antônio da. Ciência e Religião. Ano de publicação não disponível. Disponível em:

http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencReligiao_SilvaJA_1.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS				Nº	PCT02
NOME	Quilombo Família Araujo				
MUNICÍPIO	Betim				
DISTRITO	Jardim Brasília	URBANA		RURAL	-
ENDEREÇO	Rua Hum, 77				
UTM	584771 E 7793906 S	LONG.		LAT.	



Figura 1: Membros da Comunidade Tradicional Quilombola Família Araújo. Autor: Alenice Baeta. Data: sd.¹

01	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO COLETIVO
<p>Tendo se autodeclarado em fevereiro de 2022 como a primeira comunidade quilombola Urbana de Betim, o Quilombo Família Araújo abriga sete núcleos familiares, incluindo a matriarca Zulmira Rosa Araújo, viúva de José dos Santos Araújo (conhecido como “Zé Preto”), e seus seis filhos e respectivas famílias. A história do Quilombo Família Araújo é marcada por uma rica ancestralidade, vinculando Seo Zé Preto à</p>	

¹ Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 01/02/2024.

escravizada Rita de Aguiar Araújo e seus descendentes, bem como a Dona Zulmira, cuja avó, Alexandrina Severo dos Santos, foi uma indígena escravizada. A família Araújo foi reconhecida enquanto comunidade quilombola pela Fundação Palmares e desde então insensificou seus esforços na luta pela preservação de seu território contra a especulação imobiliária na região.²

02 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Não há uma estimativa precisa quanto ao número de habitantes da comunidade. No entanto esta é constituída por sete núcleos familiares.

03 INFORME HISTÓRICO

Segundo informações do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES),³ originário de Coroaci, MG, “Seo Zé Preto” migrou na juventude para Governador Valadares (MG), local onde conheceu e casou-se com Dona Zulmira, natural desse município. Sem terras próprias, o casal teria vivido na condição de “agregados” em fazendas, cultivando seu próprio alimento e residindo em acomodações precárias. Na busca por melhorias de vida, a família se mudou para Betim na década de 1970, onde Zé Preto trabalhou em fazendas e posteriormente em serviços urbanos, e Dona Zulmira como faxineira e passadeira. Apesar do respeito e demanda por seu trabalho, a família teria enfrentado situações de muita vulnerabilidade econômica e social para prover e abrigar seus dez filhos, dois dos quais faleceram.⁴

Concedido pela prefeitura em início dos anos 1980, um terreno no bairro Jardim Brasília tornou-se refúgio para a família, que ali estabeleceu práticas ancestrais de cultivo e convivência comunitária. A ocupação desse espaço por quase quatro décadas, sem título de propriedade formal, levou a uma disputa judicial com a Prefeitura de Betim, que reivindica o território. A Defensoria Pública de Minas Gerais interveio, solicitando a regularização fundiária com base na Lei 13.465/2017, que retroage a dezembro de 2016. A decisão judicial favorável ao despejo da comunidade, contudo, foi contestada por ignorar o contexto coletivo e vulnerável dos envolvidos, bem como a ausência de intimação da Defensoria Pública conforme exigido por lei. Além disso, evidências fundamentais, incluindo um termo de doação e processos administrativos não finalizados, foram apresentadas somente após a conclusão do processo original. No dia 05/05/2022 a comunidade conseguiu parecer favorável à reversão da ordem de despejo e demolição das casas no território.

Em 22 de agosto de 2022 foi publicado o reconhecimento pela Fundação Palmares no Diário Oficial da União. Em março de 2023, a comunidade celebrou um momento histórico, reunindo mais de 100 lideranças populares em uma celebração interreligiosa que marcou a conquista do certificado de autorreconhecimento expedido pela Fundação Cultural Palmares. Este evento não só celebrou a

² Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 01/02/2024

³ Ibid.

⁴ Ibid.

resiliência e a vitória da comunidade diante das ameaças de despejo, mas também fortaleceu os laços entre quilombolas de diferentes regiões, sob o lema "Quilombo Reconhece Quilombo".⁵

04 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Culturalmente, a comunidade celebra sua herança através de eventos como celebrações interreligiosas, festas comunitárias com samba, e preparo coletivo de alimentos tradicionais, como a feijoada. Essas práticas culturais reforçam a identidade quilombola e promovem a coesão social.

A comunidade é liderada pela matriarca Dona Zulmira, refletindo a estrutura matriarcal comum a muitos quilombos. O patriarca, José Preto, contribuiu durante bom tempo de sua vida com trabalho na limpeza urbana de Betim. Hoje, a comunidade mantém quintais produtivos com cultivo de árvores frutíferas e hortaliças, além de preservar uma nascente de água, demonstrando um compromisso com a sustentabilidade ambiental e a autonomia alimentar.

José Preto e Dona Zulmira, com suas histórias de vida e de luta, personificam a resistência que caracteriza a Família Araújo. A comunidade, que resistiu à pressão desmedida do mercado imobiliário e às ameaças de despejo pelo poder público, demonstrou uma força coletiva impressionante na defesa de seu território e de seu direito à moradia digna. Ao longo de quase quatro décadas, a comunidade não apenas preservou a área como um espaço de moradia mas também como um local de práticas sustentáveis e ecológicas.

05 TERRITÓRIO E USOS DA TERRA

O território da Comunidade Quilombola Família Araújo, localizado em Betim, MG, ocupa um espaço de aproximadamente 1.800 m², configurando-se como uma de quintais produtivos, criação de animais e atividades culturais. Nas proximidades do Hospital Público Regional Prefeito Osvaldo Rezende Franco, o quilombo é mapeado por ruas como Rua Um, Rua Salvador Gonçalves Diniz, Rua Josina Beralda de Jesus, e Rua Antônio Bleme Filho. Este espaço é dedicado ao desenvolvimento de práticas sustentáveis e à reprodução da vida comunitária, destacando-se pelo cultivo de gêneros agrícolas diversos e pela realização de eventos culturais que expressam a riqueza e a diversidade da herança quilombola. As residências, ordenadas desde a casa da matriarca Dona Zulmira até a de outros membros da família, como Raquel, Márcio, Cleusa, Carlos, Alexandre e Silvana, marcam a organização espacial e social da comunidade, enfatizando a coesão e a continuidade familiar.⁶

Abaixo Croqui de Localização do território da comunidade disponível no site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais:⁷

⁵ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/familia-araujo-e-reconhecida-como-comunidade-quilombola-pela-fundacao-palmares/>, Acesso em: 01/02/2024.

⁶ Ibid.

⁷ Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/669/101/1669101.pdf>. Acesso em: 01/02/2024

06 MAPAS



Figura 2: Croqui da Comunidade Quilombo Família Araújo.

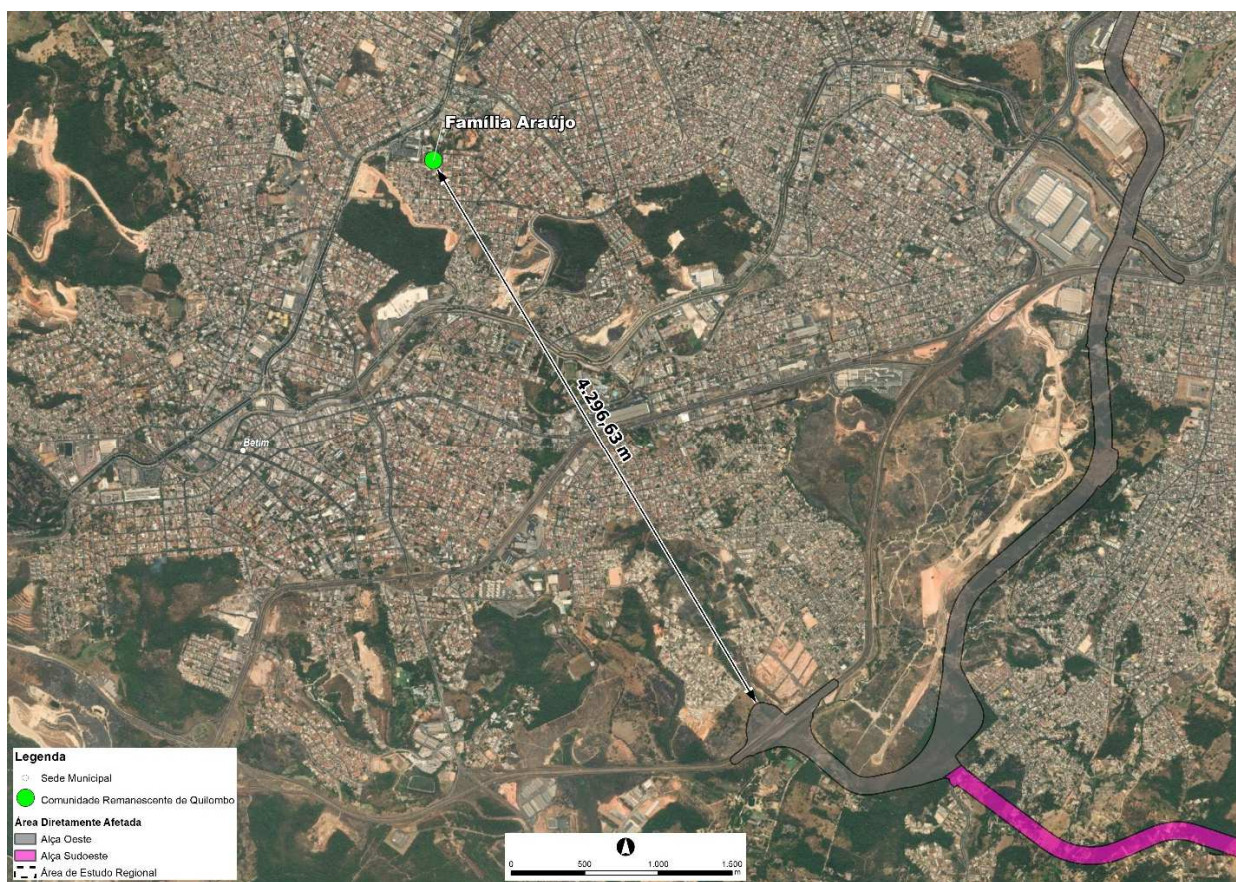


Figura 3: Mapa de localização da Comunidade Quilombola

07 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

O bairro Jardim Brasília, no qual a comunidade está implantada, dispõe de uma infraestrutura urbana que atende às necessidades básicas de seus moradores, incluindo aqueles da Comunidade Quilombola Família Araújo. Este bairro é servido por serviços essenciais como transporte, telefonia, eletricidade e saneamento básico. A proximidade com o Hospital Regional do SUS é um ponto relevante, indicando acesso potencial a serviços de saúde.

08 LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO COLETIVO

PROTEÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	MUNICIPAL	-	ESTADUAL	-	FEDERAL	-
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	MUNICIPAL	-	ESTADUAL	-	FEDERAL	-

DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA

- **Certificação da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares:** Processo FCP: Processo nº 01420.100537/2022-12.
- **Decreto nº 4.887/2003:** este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme previsto no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.
- **Decreto nº 4.886/2003:** institui a Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.288/2010- estatuto da igualdade racial:** essa lei prevê medidas de combate à discriminação racial e estabelece políticas de promoção da igualdade para diversos grupos, incluindo as comunidades quilombolas.
- **Decreto nº 6.040/ 2007:** institui a Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.261/ 2007:** dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- **Lei nº 11.947/2009:** esta lei determina que os recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, inclusive de comunidades quilombolas.

09 VULNERABILIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

A Comunidade Quilombola Família Araújo enfrenta vulnerabilidades econômicas e sociais acentuadas, refletindo um cenário de luta e resistência. Este grupo familiar, liderado por Alexandre Santos Araújo e seus irmãos, tem suas raízes fincadas em um território que cuidam e cultivam há mais de três décadas, uma

área que vai além da simples posse da terra, representando um espaço de memória, cultura e subsistência.

A pressão exercida pela prefeitura de Betim para a desocupação do local emerge como a principal fonte de vulnerabilidade econômica e social para a comunidade. Essa coação se manifesta através de propostas de realocação que desconsideram a importância do território para a família. A oferta de casas em locais distantes, como o bairro Citrolândia, por valores inacessíveis para a comunidade, destaca a desconsideração das autoridades locais pela sustentabilidade econômica e pelo bem-estar social desses quilombolas.

A desativação das hortas familiares, em decorrência das pressões externas, ressalta outra dimensão da vulnerabilidade enfrentada. A terra, para a Família Araújo, não é apenas um lugar de moradia, mas também um meio de subsistência. A proibição de cultivo e a conseqüente perda de suas plantações impõem significativas dificuldades econômicas, minando a autonomia da comunidade em prover seu próprio sustento.

FOTOGRAFIAS



Figura 4: Visão externa das casas da comunidade. Fonte: CEDES. Data: sd.⁸



Figura 5: Moradores da comunidade. Fonte: CEDEFES. Data: sd.⁹

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sites:

Cedefes. Manifesto em defesa da Comunidade Tradicional Quilombola Família Araújo, de Betim, MG. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 01/02/2024

⁹ Ibid.

Fundação Cultural Palmares. Certificação Quilombola. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Jornalistas Livres. Família Araújo é reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Palmares. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/familia-araujo-e-reconhecida-como-comunidade-quilombola-pela-fundacao-palmares/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

EcoDebate. Comunidade Quilombola Família Araújo (Betim – MG) é um exemplo inspirador. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2023/03/24/comunidade-quilombola-familia-araujo-betim-mg-e-um-exemplo-inspirador/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Projeto de Lei RQN 11400/2022. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/11400/2022>. Acesso em: 30 jan. 2024.

YouTube. Comunidade TRadicional Quilombola Família Araújo de Betim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7nB25Nf12o>. Acesso em: 31 jan. 2024.

1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS						Nº	PCT03
NOME	Comunidade Quilombola de Mangueiras						
MUNICÍPIO	Belo Horizonte						
REGIÃO	Nordeste.	URBANA	X	RURAL	-		
ENDEREÇO	Não há endereçamento exato. A comunidade quilombola de Mangueiras está localizada às margens da MG-20, em área próxima ao bairro Ribeiro de Abreu.						
UTM	614531 E 7807454 S	LONG.		LAT.			



CBH Rio das Velhas - TantoExpresso: Ohana Padilha

Figura 1: Território da comunidade em dia de prática de Capoeira. Autor: Ohana Padilha. Data: Sem data.

01 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO COLETIVO

A comunidade quilombola de Mangueiras é um notável exemplo de adaptação e resiliência cultural, situada entre ambientes urbanos e rurais. Essa comunidade caracteriza-se por um estilo de vida “rurbano”, com a maioria de seus moradores trabalhando informalmente na cidade enquanto mantêm práticas agrícolas tradicionais. Eles preservam atividades como a criação de animais, uso de fogões à lenha, e cultivo de ervas medicinais. Além disso, a prática do candomblé destaca a importância da dimensão religiosa, servindo como um meio de resgatar e preservar as memórias ancestrais e as tradições africanas e quilombolas. A comunidade é composta por aproximadamente 60 pessoas, distribuídas em 22 famílias

que residem em 14 casas diferentes, abrangendo uma área de 2 hectares. (Rocha, 2012, p. 8)

02**ASPECTOS DEMOGRÁFICOS**

De acordo com o Relatório Antropológico de Mangueiras elaborado pelo NuQ/INCRA em 2008, a comunidade quilombola de Mangueiras em Belo Horizonte apresenta uma estrutura familiar interligada, com todos os seus membros sendo descendentes de Maria Bárbara Azevedo, Cassiano e José Maria.

As residências não apenas fornecem abrigo, mas também são espaços multifuncionais onde os moradores cultivam plantas medicinais e hortaliças para consumo próprio. Essa prática não só ajuda na manutenção da saúde e nutrição da comunidade, mas também serve como uma forma de preservar conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis de cultivo. Além disso, a criação de animais domésticos é comum, refletindo uma conexão íntima com a natureza e a vida rural (NuQ/INCRA, 2008).

Ainda segundo o Relatório Antropológico supracitado, um aspecto notável da comunidade é a criação de cavalos, localizada na parte superior do terreno. Essa atividade não é apenas uma fonte de lazer, mas também desempenha um papel cultural e econômico, contribuindo para a manutenção de tradições e potencialmente proporcionando uma fonte de renda.

O perfil demográfico da comunidade quilombola de Mangueiras revela uma população predominantemente adulta, com uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres. Há um respeito profundo pelos mais velhos, considerados guardiões da sabedoria e das tradições quilombolas. Por outro lado, as crianças e jovens da comunidade, embora em menor número, são vistas como o futuro e a continuidade da herança cultural de Mangueiras. Em termos de ocupação, muitos moradores de Mangueiras estão envolvidos em atividades agrícolas, tanto para subsistência quanto para comércio local. Alguns trabalham em empregos formais na cidade de Belo Horizonte, evidenciando a integração da comunidade com o ambiente urbano circundante (Rocha, 2012; NuQ/INCRA, 2008).

Cerca de 43% dos adultos alcançaram a formação de nível médio, enquanto 23% concluíram o ensino fundamental. A taxa de analfabetismo entre eles é de 6%. Aqueles com formação em nível superior ou técnico representam 10%, e 17% possuem educação até o nível básico, conforme consta nas páginas 58-59 do relatório (NuQ/INCRA, 2008, p. 58 e 59).

Há diferenças significativas dentro da própria comunidade, marcadas por distinções econômicas e educacionais entre os moradores "de baixo" e os "de cima". Os moradores "de baixo", descendentes de Cassiano José Maria, geralmente possuem um maior grau de instrução e suas casas tendem a ser mais espaçosas e bem estruturadas. Por outro lado, os moradores "de cima", descendentes de José Maria dos Santos, têm uma escolarização mais básica e suas casas são mais simples e menores. Esta divisão reflete

não apenas diferenças econômicas, mas também modos de vida distintos. Os moradores "de cima" adotam mais intensamente o modo de vida rural, com criações de galinha bem estruturadas, cultivos diversificados, uso frequente do fogão à lenha e criação de cavalos e mulas. (NuQ/INCRA, 2008, p.89)

03**INFORME HISTÓRICO**

A comunidade quilombola de Mangueiras é um exemplo vívido de resistência e reconstrução identitária em um contexto urbano. Seus primeiros moradores eram provavelmente negros que trabalhavam nas regiões de Sabará e Santa Luzia, desenvolvidas no século XVIII com a mineração do ouro. O terreno onde a comunidade hoje reside foi doado em 1932 à matriarca do grupo, Dona Maria Bárbara, pela família Werneck. Dona Maria Bárbara e sua família trabalhavam na fazenda dos Werneck e receberam a gleba como doação (Rocha, 2012; NuQ/INCRA, 2008).

Ao observar a comunidade quilombola de Mangueiras, é evidente que sua história é marcada por uma luta constante pela identidade e sobrevivência em um contexto urbano complexo. Inicialmente percebida pelos vizinhos como um agrupamento isolado de famílias vivendo de forma rudimentar no coração de Belo Horizonte, a comunidade escolheu o nome "Mangueiras" em 2003, inspirada na abundância dessas árvores na área. Esse momento, impulsionado pela orientação de um vizinho, Seu Thomaz, marcou o início de uma nova fase de autorreconhecimento e organização.

Em 2005, eles deram um passo formal e significativo ao enviar uma solicitação de certificação como quilombo à Fundação Cultural Palmares. Essa iniciativa foi um passo crucial na (re)construção da própria história da comunidade, marcada pela busca de reconhecimento e autonomia coletiva. A comunidade foi oficialmente reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares e desde então tem articulado politicamente pela garantia dos direitos étnicos e territoriais (Ibid.)

O Relatório Antropológico de caracterização da comunidade (NuQ/INCRA, 2008) descreve as características históricas, econômicas e socioculturais do quilombo, que é essencial para a demarcação de seu território. Este relatório também revela a genealogia das famílias residentes, todas descendentes dos filhos de Maria Bárbara Azevedo, Cassiano e José Maria (Ibid.) A inserção política da comunidade em Belo Horizonte ganhou visibilidade com a aprovação do Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro em 2010, que trouxe desafios adicionais para a comunidade, como a necessidade de defender seus direitos e territórios em face do crescimento urbano.

O avanço rumo à modernização e ao conforto foi gradual e desafiador para as 22 famílias residentes. Por exemplo, até 2005, a comunidade enfrentou a dura realidade de viver sem eletricidade. Eles tiveram que desenvolver soluções criativas, como a aquisição de uma televisão que funcionava a bateria nos anos 90 e a implementação de um esquema precário para captar energia de um bairro vizinho. Esse esquema era custoso e instável, frequentemente deixando a comunidade às escuras. A chegada do programa federal "Luz Para Todos" marcou uma virada significativa, trazendo não apenas eletricidade, mas também

acesso a serviços básicos de água e saneamento através da COPASA (Rocha, 2012).

A visibilidade da comunidade quilombola aumentou significativamente após o reconhecimento oficial pelo governo, o que naturalmente melhorou o acesso dos moradores a serviços e recursos necessários. Um exemplo claro dessa mudança é a instalação recente de duas placas na rodovia MG-20, indicando tanto a entrada do quilombo quanto o caminho de retorno para quem vem de Belo Horizonte. Essas sinalizações tornaram a localização da comunidade mais evidente para visitantes e serviços de emergência, como ambulâncias do SAMU e bombeiros. Entretanto, ainda se faz necessário ressaltar que o acesso à comunidade, apesar dessas melhorias, continua a ser relativamente (Ibid. p. 50).

Apesar dos desafios, os quilombolas de Manguieiras continuam lutando pela preservação de sua identidade, território e tradições, demonstrando resiliência diante das adversidades impostas pelo processo urbano. Isso envolve uma tensão entre manter uma territorialidade específica que reflete sua história e cultura e atender a padrões externos impostos pela sociedade mais ampla. Em 2015, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte aprovou por unanimidade o registro das Comunidades Quilombolas de Belo Horizonte - Manguieiras, Luízes e Manzo Ngunzo Kaiango - como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade. Este reconhecimento foi um marco importante, não apenas pela preservação cultural, mas também pelo reforço da identidade e visibilidade dessas comunidades.

04

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

As práticas culturais da comunidade quilombola de Manguieiras, situada em Belo Horizonte, são um reflexo vívido de uma rica herança cultural e histórica. Estas tradições, englobando celebrações, rituais religiosos e atividades sociais, reforçam a identidade étnica da comunidade e servem como um meio de resistência e afirmação cultural.

Desde pelo menos 2010, a prática do candomblé tem sido uma parte integrante da vida cotidiana na comunidade quilombola de Manguieiras. A comunidade possui um espaço dedicado ao terreiro, onde as cerimônias de candomblé são realizadas. Segundo Rocha (2012, p. 39), a preparação para essas cerimônias, que geralmente acontecem aos sábados, começa cedo. Os membros da família de Dona Wanda se envolvem ativamente, vestindo suas roupas brancas, preparando banhos de purificação e arrumando os adereços que serão usados nas celebrações. Nesses dias, a casa de Dona Wanda fica especialmente agitada com os preparativos.

Interessante notar que, no passado, especialmente na década de 80, a prática da umbanda era comum entre vários antigos moradores de Manguieiras. Essa prática era frequentemente caracterizada pelo "batuque de tambor". O Relatório Antropológico de caracterização da comunidade (NuQ/INCRA, 2008) indica que os sons dos tambores, vindos da casa de Seu José Emílio, localizada em uma parte mais elevada da comunidade, eram uma fonte de perturbação para aqueles que moravam nas áreas mais baixas. Este aspecto histórico mostra como as práticas religiosas e culturais têm se desenvolvido e

coexistido na comunidade, refletindo o lastro histórico da religiosidade em Manguueiras.

Durante as cerimônias, que acontecem normalmente aos sábados, a família se engaja em rituais de preparação, vestindo roupas brancas, realizando banhos de purificação e preparando adereços. Este ritual foi incorporado à comunidade há cerca de dois anos com a chegada do pai de santo Luiz, marcando uma renovação das práticas religiosas (Rocha, 2012, p. 39).

Além da dimensão religiosa, a comunidade mantém uma conexão forte com a natureza e as tradições medicinais. O uso de ervas medicinais, uma prática transmitida por gerações, é particularmente valorizado. Seu Zé Emílio, um morador já falecido, era reconhecido pelo seu vasto conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas locais. Esse conhecimento continua sendo compartilhado e valorizado, especialmente pelas mulheres da comunidade, que demonstram uma preocupação particular com a saúde e o bem-estar. As festividades são outro aspecto vital da vida comunitária, incluindo rodas de capoeira, almoços com pratos tradicionais como feijoada e feijão tropeiro, e rodas de samba. Esses eventos celebram a cultura e a história quilombola, além de promover a sociabilidade e a união dentro da comunidade (Ibid., p. 9)

Um evento significativo já realizado em alguns anos é a Missa Afro, celebrada durante a semana do Dia da Consciência Negra. Esta missa ilustra a incorporação de elementos da herança africana e quilombola na prática do cristianismo, simbolizando a fusão de tradições religiosas e culturais. Outra celebração importante ocorre na semana do dia 13 de maio, o Dia da Abolição da escravatura.

Essas práticas culturais e religiosas não apenas fornecem um senso de pertencimento e continuidade histórica para a comunidade, mas também atuam como um meio de resistência cultural e social. Elas demonstram a resiliência da comunidade quilombola de Manguueiras e seu compromisso em manter viva sua herança cultural.

05**TERRITÓRIO E USOS DA TERRA**

A comunidade quilombola de Manguueiras apresenta um modo de vida no qual os moradores, apesar de serem em grande parte trabalhadores informais da cidade, mantêm uma forte conexão com práticas rurais. Eles se dedicam a atividades agrícolas, criam animais e preservam traços de um modo de vida rural, como o uso de fogão à lenha, criação de galinhas e o uso rotineiro de ervas medicinais. Esse modo de vida misto, que combina elementos urbanos e rurais, é descrito como um "estilo de vida rurano" (Rocha, 2012; NuQ/INCRA, 2008).

Abaixo imagem de mapa adaptado das residências de Manguueiras. Fonte: Relatório Antropológico da Manguueiras (NuQ/INCRA, 2008) onde é possível visualizar a distribuição territorial das casas na

comunidade:

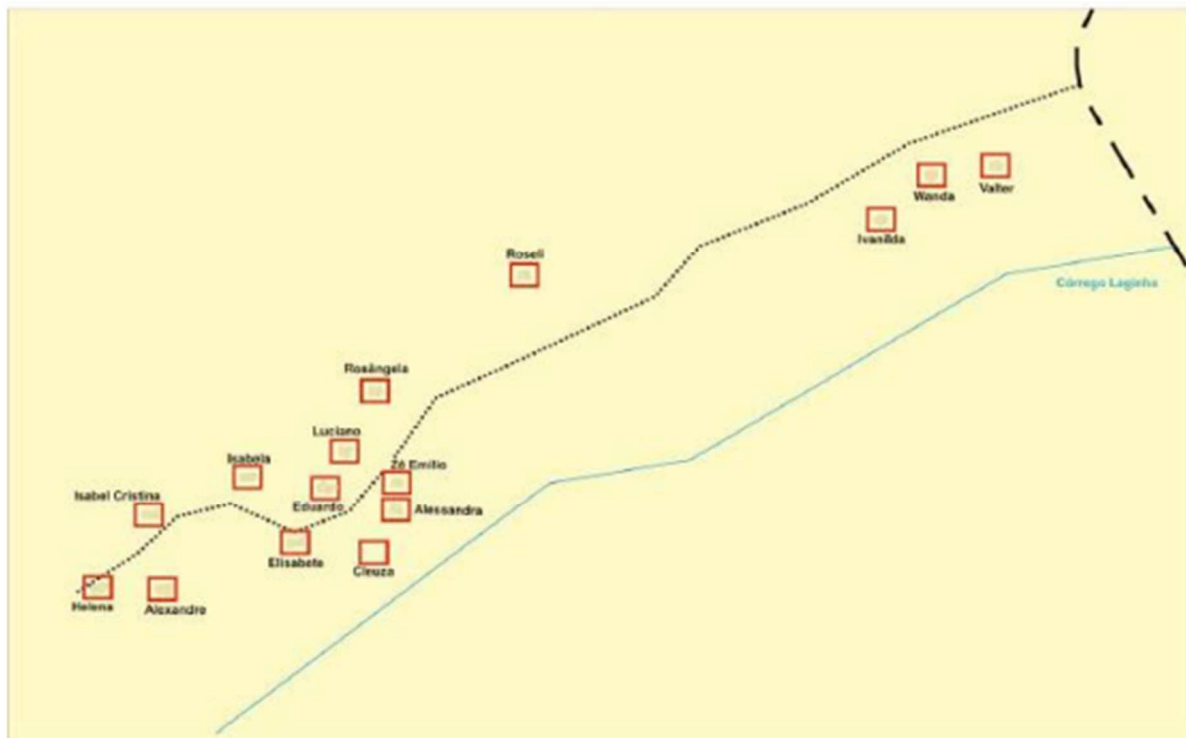


Figura 2: Croqui com a distribuição das Casa no Comunidade Quilombola de Mangueiras.

O território da comunidade quilombola de Mangueiras, em Belo Horizonte, tem enfrentado significativas transformações e reduções ao longo dos anos, impactando diretamente a vida e a cultura de seus moradores. Originalmente, o território ocupado por Vivência e Cassiano abrangia aproximadamente 387 mil metros quadrados. Contudo, uma série de eventos ao longo do século XX levou a uma drástica diminuição dessa área. Por volta de 1920, a chegada do médico Hugo Werneck a Belo Horizonte e a subsequente aquisição de terras nas proximidades, resultando na criação da Granja Werneck, foi um dos primeiros fatores a impactar a extensão territorial de Mangueiras. Uma divisão entre os herdeiros da família Werneck levou à perda de uma parte significativa das terras para esta família, um processo que a comunidade quilombola não pôde contestar devido aos altos custos com advocacia¹

Com o tempo, o território de Mangueiras foi ainda mais reduzido, culminando nos atuais 20 hectares. Esta redução foi acelerada por vários projetos de desenvolvimento urbano, como a construção de projetos habitacionais governamentais em 1950, a duplicação da rodovia MG-20 em 2006, e a construção da Linha Verde. Essas mudanças não apenas diminuíram o tamanho do território quilombola, mas também afetaram a vida cotidiana da comunidade. A construção da MG-20, por exemplo, restringiu o acesso aos ribeirões Izidora e Onça, que eram fundamentais para a cultura e subsistência das famílias locais. (Ibid.)

¹ Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/quilombos-metropolitanos-um-patrimonio-vivo-da-historia-afrodescendente-mineira/>. Acesso em: 26/01/2024

Além disso, a comunidade enfrenta problemas ambientais graves, como a contaminação do Córrego Lajinha por esgoto e a poluição das nascentes localizadas em Mangueiras. Esses problemas ambientais comprometem práticas tradicionais de consumo de água, banho e atividades agrícolas, ameaçando a saúde e segurança da população local. Em resposta a esses desafios, os moradores de Mangueiras tomaram uma atitude de resistência ao descaso governamental em relação à sua terra ancestral. Eles se organizaram para formar a Associação de Mangueiras, um passo significativo para o auto reconhecimento dos moradores da região e para a organização política frente às necessidades das famílias. Esse movimento reflete a resiliência da comunidade em preservar seu território e cultura em meio a um cenário de constantes mudanças e desafios (Ibid.)

Localizado na região do Isidoro, o quilombo encontra-se nas proximidades da área delimitada pela Regional do Isidoro, apesar da sobreposição de algumas obras propostas na área reivindicada no processo do INCRA, conforme apresentado inicialmente pela Prefeitura. Inicialmente, o quilombo não foi informado sobre o processo que envolvia o Poder Público, empreendedores e proprietários da área, permanecendo "à margem do processo deliberativo". A existência de um quilombo urbano era desconhecida por técnicos e profissionais da Prefeitura envolvidos com políticas urbanas, apesar de a Coordenadoria de Políticas para a Igualdade Racial (antiga COMACON, atual CPIR) acompanhar a comunidade de Mangueiras desde 2005 em assuntos relacionados a saneamento e reformas urbanas. Antes da aprovação da lei da Operação Urbana na Câmara Municipal, os quilombolas foram convidados a se manifestar e conseguiram assegurar um acordo com o Poder Público. Esse acordo previa evitar a destinação de parte do território pleiteado para uma reserva ecológica particular e a ampliação da via 540, localizada próxima ao quilombo. Além disso, foi estabelecida a implementação de uma Área de Diretrizes Especiais (ADE) para regulamentar especificamente a ocupação e os usos do território quilombola (Rocha, 2012, p. 15).

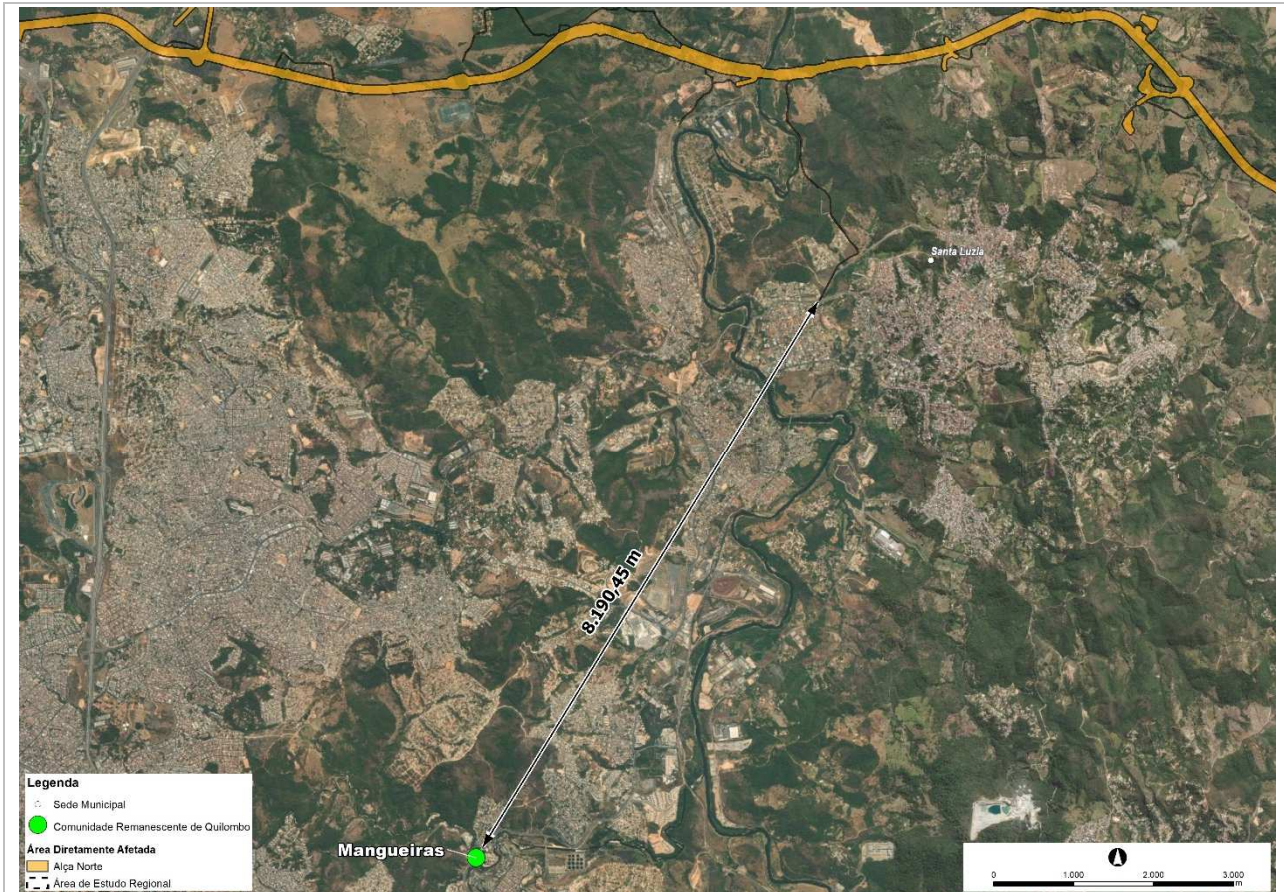


Figura 3: Localização da Comunidade Quilombola de Mangueiras.

07 **INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

A comunidade quilombola de Mangueiras, localizada na região nordeste de Belo Horizonte, às margens da rodovia para Santa Luzia, enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura e serviços básicos. A questão do endereçamento é um problema, pois a área abrange três códigos postais e não está claramente definida como pertencente à Região Norte ou Nordeste da capital. Isso resulta em atrasos na entrega de correspondências e na falta de um ponto de ônibus próximo à entrada da comunidade. Além disso, a ocupação irregular e desordenada da área por terceiros, principalmente devido à falta de cercamento adequado, tem levado a invasões constantes e a devastação ambiental. Isso prejudica as atividades rurais e religiosas da comunidade e compromete a saúde dos moradores, com a poluição das águas do córrego Lajinha devido a ligações clandestinas de esgoto.

08 **LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO COLETIVO**

PROTEÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	MUNICIPAL		ESTADUAL		FEDERAL	-
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	MUNICIPAL	-	ESTADUAL	-	FEDERAL	-

DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA

- **Certificação da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares:** N° do processo na FCP01420.003004/2005-84. N° do Processo no INCRA: 54170.001373/2006-7.
- **Decreto nº 4.887/2003:** este decreto regulamenta o procedimento para identificação,

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme previsto no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.

- **Decreto nº 4.886/2003:** institui A Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.288/2010- estatuto da igualdade racial:** essa lei prevê medidas de combate à discriminação racial e estabelece políticas de promoção da igualdade para diversos grupos, incluindo as comunidades quilombolas.
- **Decreto nº 6.040/ 2007:** institui a Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.261/ 2007:** dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- **Lei nº 11.947/2009:** esta lei determina que os recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, inclusive de comunidades quilombolas.

09**VULNERABILIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS**

A Comunidade Quilombola de Mangueiras, localizada em Belo Horizonte, enfrenta uma série de desafios e vulnerabilidades significativas em meio à expansão urbana. Originalmente abrangendo aproximadamente 387 mil m², o território sofreu uma drástica redução ao longo dos anos, especialmente após a aquisição de terras ao redor por Hugo Werneck no início do século XX. Essa redução de terras, resultante de divisões familiares e falta de capacidade financeira para disputas legais, diminuiu o espaço vital da comunidade para 20 hectares atuais.

O crescimento urbano de Belo Horizonte, com a construção de projetos habitacionais e a expansão de vias como a MG-20 e a Linha Verde, exacerbou a pressão sobre a comunidade. Essas mudanças não apenas limitaram o acesso à terra, mas também bloquearam o acesso a recursos naturais essenciais, como os ribeirões do Izidora e da Onça. A contaminação de cursos d'água e nascentes, especialmente pelo esgoto, tem prejudicado as práticas agrícolas tradicionais e colocado em risco a saúde e a segurança da população local. A incerteza em relação ao endereçamento postal e a falta de um consenso sobre a localização regional do quilombo dentro de Belo Horizonte têm sido outras fontes de dificuldade, afetando o recebimento de correspondências e a implementação de serviços públicos essenciais, como transporte.

Apesar desses desafios, a comunidade de Mangueiras tem demonstrado resiliência e um forte senso de identidade cultural. A formação da Associação de Mangueiras foi um passo importante para o auto reconhecimento e a organização política, enquanto o reconhecimento oficial pela Fundação Cultural

Palmares e pelo INCRA, junto com o registro como patrimônio histórico e imaterial de Belo Horizonte, oferece alguma esperança para a preservação da comunidade e de seu patrimônio cultural.

10

FOTOGRAFIAS



Figura 4: Espaço onde são realizadas as práticas e cerimônias do candomblé na comunidade. Autor: Gabriela Rocha (Rocha, 2012). Data: Sem data.



Figura 5: Árvore de jatobá no espaço da comunidade. Autor: Gabriela Rocha (Rocha, 2012). Data: Sem data.



Figura 6: Entrada da casa de Dona Wanda, figura de referência para comunidade de Manguzeiras. Autor: Gabriela Rocha (Rocha, 2012). Data: Sem data.



Figura 7: Imagens religiosas na casa de Dona Wanda. Autor: Gabriela Rocha (Rocha, 2012). Data: Sem data.

11

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NuQ (Núcleo de Estudos sobre Povos e comunidades tradicionais) / INCRA. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Manguzeiras. UFMG, 2008

Rocha, G. de F. F. No meio da cidade tem um quilombo [manuscrito]: o processo de formação identitária do quilombo de Manguzeiras em Belo Horizonte/MG. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012. 177 f.: il. Orientadora: Andrea Luisa Moukhaiber Zhouri.

Sites:

Estado de Minas. BH negra: conheça a história de cinco quilombos da capital. Disponível em:

<www.em.com.br>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CBH Rio das Velhas. Quilombo Mangueiras e a luta pela preservação de seu território na bacia do Rio das Velhas. Disponível em: <cbhvelhas.org.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Ipatrimônio. Belo Horizonte – Quilombo Mangueiras. Disponível em: <www.ipatrimonio.org>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CEDEFES. Comunidade Quilombola de Mangueiras. Disponível em: <www.cedefes.org.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. MG - Comunidade de Mangueiras reivindica sua ancestralidade quilombola e a garantia da integridade de seu território tradicional. Disponível em: <mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Prefeitura de Belo Horizonte. Projeto Expedições do Patrimônio apresenta história do Quilombo Mangueiras. Disponível em: <prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Jornal Estado de Minas. Conheça as histórias dos quilombos de BH. Disponível em: <www.em.com.br>. Acesso em: 07 jan. 2024.

Prefeitura de Belo Horizonte. Comunidades Quilombolas são declaradas patrimônio cultural. Disponível em: <prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Portal CMBH. Quilombo Mangueiras reivindica definição sobre regularização territorial. Disponível em: <www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em: 26 jan. 2024.

1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS				Nº	PCT04
NOME	Comunidade Quilombola de Pinhões				
MUNICÍPIO	Santa Luzia				
DISTRITO	Sede	URBANA	-	RURAL	-
ENDEREÇO	Rua Manoel Felix Homem, 635, Pinhões				
UTM	625090 E 7820434 S	LONG.		LAT.	



Figura 1: Guarda de Catopé da Comunidade Quilombola de Pinhões durante Festa do Rosário. Autor: Lúnia Dias (Dias, 2015). Data: 2015.

01 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO COLETIVO

A Comunidade Quilombola de Pinhões, localizada na área rural de Santa Luzia, parte do vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, é um quilombo histórico fundado no século XVIII. Certificado pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade abriga cerca de 400 famílias e mantém tradições ancestrais. A economia local baseia-se na agricultura, criação de animais e artesanato, incluindo a produção de panelas de barro. A comunidade também é conhecida pela guarda catopês de

Nossa Senhora do Rosário, um patrimônio cultural imaterial reconhecido pelo município. O nome “Pinhões” origina-se da presença abundante de uma árvore produtora de pinhões, conforme relatado pelos primeiros habitantes do local. Pinhões destaca-se pela sua cultura rica, resistência histórica e adaptação às mudanças modernas.

02 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A Comunidade Quilombola de Pinhões, é composta por aproximadamente 1.700 habitantes distribuídos em cerca de 400 domicílios. Esta informação é corroborada pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES)¹. Economicamente, a comunidade se sustenta por meio de atividades tradicionais como agricultura, criação de animais, e produção de artesanato. As famosas panelas de barro de Pinhões são um exemplo da habilidade artesanal dos moradores, que também produzem leite e doce de leite para venda nas cidades próximas. Além disso, muitos moradores trabalham fora do quilombo, nas cidades de Santa Luzia e Belo Horizonte, em diversos setores, incluindo fábricas e comércio.

03 INFORME HISTÓRICO

Santa Luzia, uma cidade que emergiu no século XVIII, é um dos primeiros assentamentos coloniais de Minas Gerais. Registros da existência da povoação datam de cerca de 1700. Inicialmente, a área se destacou por suas atividades de mineração, mas rapidamente se estabeleceu como um centro de indústrias primárias e um ponto de comércio estratégico, situado entre Sabará e o Distrito Diamantino.

Segundo o relato de moradores da Comunidade Quilombola de Pinhões², os primeiros habitantes de Santa Luzia vieram do convento das Macaúbas, localizado a aproximadamente 2 km de distância, após o término do período escravagista. O Convento de Macaúbas, iniciado por Félix da Costa em 1714 e concluído dois séculos depois, hoje é conhecido como Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, abrigando cerca de 20 freiras. Este local também se destacou historicamente por abrigar, em 1847, o primeiro colégio para meninas em Minas Gerais. De acordo com as mesmas moradoras, um outro grupo de negros, que anteriormente eram escravos no convento, estabeleceu-se em um local próximo conhecido como Barreiro. O território original de Pinhões estava localizado entre os limites da Fazenda de Bicas e o convento de Macaúbas.³

04 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Pinhões, em Santa Luzia, celebra várias festas culturais e religiosas ao longo do ano. O calendário festivo inicia em janeiro com a missa de São Sebastião, organizada anualmente, e se estende até as festividades de semana santa, focadas em procissões e encenações. Em junho, a comunidade acende fogueiras em honra a Santo Antônio, São João e São Pedro, acompanhadas de comidas típicas como canjica, quentão

¹ Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024

² Ibid.

³ Ibid.

e caldos, além de música e cachaça. A “forró na brasa” de São João, celebrada em 23 de junho, arrecada fundos para o Lar dos Velinhos em Santa Luzia. (Azevedo, 2020, p. 70-72)

Após junho, Pinhões se prepara para a festa do Divino Espírito Santo, reunindo congos e manifestações religiosas de todo Minas Gerais. Desde 2014, a Guarda de Congo do Divino Espírito Santo, composta majoritariamente por mulheres quilombolas, participa ativamente. O ano festivo encerra com a festa de Nossa Senhora do Rosário, a mais popular e que atrai visitantes externos. Esta festa, celebrada nas primeiras semanas de outubro, inclui o cortejo do congado catopé de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões (Ibid.).

A Guarda de Catopé de Nossa Senhora do Rosário, é uma tradição cultural profundamente enraizada e de grande importância. Sua relevância no contexto do patrimônio cultural municipal pode ser percebida por sua inclusão no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Santa Luzia (Prefeitura de Santa Luzia, 2023). Originada no início do século XX, a guarda foi influenciada por mestres vindos de Macaúbas, que transmitiram suas práticas e tradições. A fundação do grupo está ligada às tradições dos descendentes de escravos de Macaúbas e a uma ação de graças, com a festa de Nossa Senhora do Rosário iniciando por volta de 1910/1912 (Ibid.).

A guarda possui uma estrutura organizada com uma rainha e um rei perpétuos, além de reis festeiros anuais acompanhados de príncipes e princesas. As celebrações ocorrem todos os anos em outubro, dedicadas a Nossa Senhora do Rosário. A guarda é estritamente masculina, com mulheres participando apenas em atividades de apoio. Os membros da guarda se vestem com calça e camisa branca, saiote e capa azul, simbolizando o manto de Nossa Senhora do Rosário, e usam capacetes decorados com plumas brancas, espelho e fitas coloridas. Os instrumentos musicais utilizados são a viola de dez cordas e a caixa, e os versos cantados são decorados e inspirados na religiosidade compartilhada entre os participantes (Ibid.).

As celebrações incluem a escolha dos festeiros e uma novena preparatória. Durante a festa, a guarda percorre as ruas da comunidade, visitando as casas dos antigos participantes e realizando a “marimba”, uma dança em pares. A guarda também utiliza objetos simbólicos como bandeiras e fitas de cores significativas, e conta com cerca de 150 componentes (Ibid.).

A transmissão dos saberes acontece por meio da reprodução das danças e cânticos pelas gerações mais novas, garantindo a continuidade das práticas do Congado. A guarda enfrenta desafios como a baixa adesão aos ensaios e a falta de um local fixo para suas atividades. Apesar de algumas mudanças

ao longo dos anos, como nas vestimentas, a tradição de manter apenas homens nos festejos se manteve.

Essa tradição da Guarda de Catopé de Nossa Senhora do Rosário em Pinhões reflete a conexão profunda da comunidade com suas raízes culturais e históricas, demonstrando a riqueza e a complexidade dessa expressão cultural. A Guarda não tem um local fixo para seus ensaios, então eles ocorrem na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e também na quadra de Pinhões. (Ibid.).

Na comunidade, a benzeção é uma prática cultural ainda muito presente entre os habitantes. As técnicas e ritos da benzeção são tradicionalmente ensinados no interior das famílias em que há benzedadeiras. Existe um conhecimento amplo sobre ervas e medicina alternativa, partilhado entre muitos moradores locais. Há também uma variedade de plantas medicinais, que são usadas para tratar doenças em adultos e crianças. Entre as plantas mais comuns estão Arruda, Guiné, Levante, Quebra-pedra, Folha de Algodão, Hortelã, Urucum e Guaco. Historicamente sempre houve também a presença da figura das parteiras na comunidade, mas contemporaneamente sua atuação cessou devido à modernização e ao maior acesso a serviços médicos (Azevedo, 2020, p. 120).

A padroeira do lugar é Nossa Senhora do Rosário, e a construção da ermida dedicada a ela começou em 1888, com a primeira missa celebrada em 1903. Além da igreja católica, a diversidade religiosa se manifesta em outras três igrejas neo-pentecostais e um grupo espírita. A maioria dos moradores, cerca de 90%, se identifica como católica.⁴

As práticas culturais em Pinhões refletem a rica herança quilombola e a influência africana. Isso inclui a celebração de festas tradicionais como a Festa do Rosário, que além da guarda de catopés, apresenta danças, músicas e culinária típica. A culinária local é um destaque, com pratos que mesclam influências africanas e brasileiras, como feijoada, angu e pratos à base de milho. A arte e o artesanato também são componentes essenciais da vida cultural em Pinhões, com a confecção de objetos e vestimentas que refletem a história e as tradições do quilombo. Há, ainda, a transmissão oral de histórias e lendas, perpetuando a memória e as tradições dos antepassados africanos e afro-brasileiros da comunidade.⁵

A Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões tem um papel crucial na manutenção e celebração da herança cultural da comunidade quilombola de Pinhões. Inspirada inicialmente durante um curso de culinária tradicional, onde receitas de quitandas eram ensinadas e compartilhadas, a ideia de estabelecer a associação ganhou força. Maria Geralda, uma das participantes, foi incentivada pela

⁴ Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024.

⁵ Ibid.

professora do curso a considerar a criação de uma associação que refletisse as riquezas culturais da comunidade. (Dias, 2015; Azevedo, 2020).

Essa associação é responsável pela organização de diversos eventos significativos, incluindo celebrações do Dia das Mulheres, Dia das Mães e Dia da Consciência Negra. Durante o processo de nomeação da associação, houve discussões enfatizando a importância das categorias 'cultural', 'quilombola' e 'mulheres', culminando no nome Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões. Este título simboliza a auto-identificação das mulheres da comunidade e destaca a relevância de sua herança cultural quilombola (Ibid.).

O conceito de 'cultura' é central para a associação, que se empenha em criar práticas e narrativas que celebrem e articulem sua identidade cultural. Essa ênfase na cultura como um meio de autoexpressão é uma característica distintiva da Associação Cultural das Mulheres de Pinhões. A associação tem se dedicado a promover uma série de atividades culturais, predominantemente conduzidas por mulheres. Essas atividades são regularmente apresentadas nos eventos organizados pela associação, incluindo ações da Guarda de Catopé, que é uma fonte de orgulho para a comunidade. Esses eventos servem não só como celebrações de datas importantes, mas também como vitrines para a expressão da cultura local (Ibid.).

05 TERRITÓRIO E USOS DA TERRA

Segundo informações do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva- CEDEFES⁶ território da comunidade de Pinhões se caracteriza pela existência de casas dispostas ao redor da igreja de Nossa Senhora do Rosário e ao longo da rua principal, a qual conecta o centro à estrada que direciona para Jaboticatubas. O acesso é facilitado devido à rodovia asfaltada, e há disponibilidade de transporte público tanto para a sede do município quanto para Belo Horizonte.

A área residencial é circundada por uma vegetação significativamente modificada devido à pequena agricultura e criação de gado leiteiro, embora ainda se observe presença de cerrado e numerosas macaúbas, uma palmeira típica da região⁷. O rio das Velhas, importante tributário do rio São Francisco, atravessa a comunidade. Conforme relatado pelos habitantes mais velhos, a qualidade da água do rio deteriorou após a instalação de indústrias nas proximidades, tornando-a imprópria para consumo e afetando atividades como pesca, natação e brincadeiras aquáticas.⁸

6 Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024.

7 Ibid.

8 Ibid.

Abaixo é reproduzida uma representação da extensão e configuração do território da comunidade elaborada por Dias (2017, p. 15):

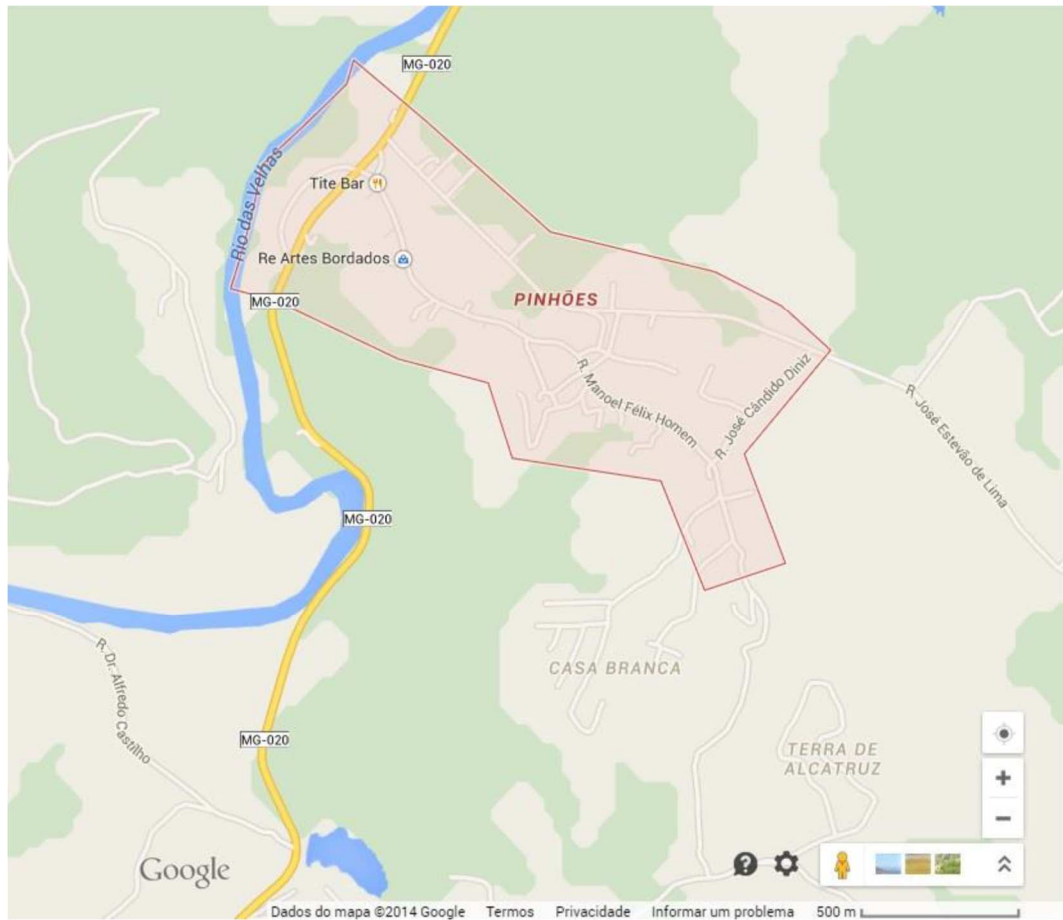


Figura 2: Croqui da Comunidade Quilombola de Pinhoes.

06

MAPA



Figura 3: Localização da Comunidade Quilombola de Pinhões.

07 **INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

Em Pinhões existe uma escola que oferece educação até a oitava série do ensino fundamental. Na área da saúde, a comunidade dispõe de um posto de saúde, um agente de saúde e a presença diária de um médico. Contudo, conforme expresso pelos moradores, há uma carência de serviços de atendimento odontológico e de médicos especialistas, com destaque para a falta de ginecologistas. Em relação às infraestruturas, a maioria das casas é construída em alvenaria. A comunidade carece de serviços de coleta de esgoto e de um sistema de distribuição de água. No entanto, a prefeitura local é responsável pela coleta de lixo na área. O hospital mais acessível para atendimentos mais complexos localiza-se em Santa Luzia.⁹

08 **LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO COLETIVO**

PROTEÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	MUNICIPAL		ESTADUAL	-	FEDERAL	-
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	MUNICIPAL	-	ESTADUAL	-	FEDERAL	-

DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA

- **Certificação da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares:** Nº do processo na FCP: 01420.001091/2017-79. Nº do Processo no INCRA: 54170.004814/2017-47.

⁹ Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024.

- **Decreto nº 4.887/2003:** este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme previsto no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.
- **Decreto nº 4.886/2003:** institui a Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.288/2010- estatuto da igualdade racial:** essa lei prevê medidas de combate à discriminação racial e estabelece políticas de promoção da igualdade para diversos grupos, incluindo as comunidades quilombolas.
- **Decreto nº 6.040/ 2007:** institui a Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.261/ 2007:** dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- **Lei nº 11.947/2009:** esta lei determina que os recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, inclusive de comunidades quilombolas.

09

VULNERABILIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

A comunidade quilombola de Pinhões enfrenta várias vulnerabilidades sociais e econômicas. Uma das principais questões é a falta de infraestrutura básica, incluindo a ausência de coleta de esgoto e rede geral de distribuição de água.¹⁰

A poluição do rio das Velhas, um dos principais afluentes do rio São Francisco, também impacta negativamente a comunidade, limitando o uso da água para consumo e atividades recreativas como a pesca. Além disso, há deficiências no acesso a serviços de saúde, como a falta de atendimento odontológico e médicos especializados, especialmente em ginecologia. Economicamente, a comunidade depende principalmente da agricultura, criação de animais e trabalho em áreas circunvizinhas, porém enfrenta desafios quanto à geração de renda sustentável. As mulheres desempenham um papel significativo na economia local, especialmente na produção e venda de doce de leite. As doenças mais frequentemente relatadas pela população local incluem verminoses, diabetes e hipertensão¹¹.

10

FOTOGRAFIAS

¹⁰ Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024.

¹¹ Disponível em: https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-36/. Acesso em: 28/01/2024.



Figura 4: Encenação em homenagem às mulheres balaieras da comunidade no Dias das Mulheres: . Fonte: Lúnia Dias (Dias, 2015). Data: 2015.



Figura 5: Descrição. Fonte: : Lúnia Dias (Dias, 2015). Data: 2015.



Figura 6. Fonte: Lúnia Dias (Dias, 2015). Data: 2015.



Figura 7: . Fonte: Lúnia Dias (Dias, 2015). Data: 2015.

11

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Débora Rodrigues, 1987-. A artesanaria das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do quilombo de Pinhões [manuscrito]. Belo Horizonte, 2020. 172 f., enc, il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

Dias, Lúnia Costa. Ser quilombola e ser de Pinhões [manuscrito]: dinâmicas e experiências de uma produção do lugar. 2015. 147 f., il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.
PREFEITURA DE SANTA LUZIA. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Guarda de Catopé de Nossa Senhora do Rosário. In: PREFEITURA DE SANTA LUZIA. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Guarda de Catopé de Nossa Senhora do Rosário. In: Quadro II – Proteção – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural: Formas de Expressão, nº 01, 09 jan. 2023.

Sites:

Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Comunidade Quilombola de Pinhões. Disponível em: <www.santaluzia.mg.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ipatrimônio. Santa Luzia – Quilombo Pinhões. Disponível em: <www.ipatrimonio.org/Pinhoes>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Cedefes. Comunidade quilombola de Pinhões. Disponível em: <www.cedefes.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2024.

1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS				Nº	PCT05
NOME	Irmandade do Rosário de Justinópolis				
MUNICÍPIO	Ribeirão das Neves				
DISTRITO	Justinópolis	URBANA	<input checked="" type="checkbox"/>	RURAL	-
ENDEREÇO	Rua Francisco Labanca, 189.				
UTM	599174 E 7810522 S	LONG.		LAT.	



Figura 1: Moradores do quilombo urbano da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/agente/852/>. Acesso em: 31/01/2024

01 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO COLETIVO

A Irmandade do Rosário de Justinópolis, situada no bairro Justinópolis no município de Ribeirão das Neves,, é uma comunidade com um extenso lastro histórico na localidade e que possui papel significativo na manutenção das tradições culturais do município. Fundada em 1919, a Irmandade se originou de um grupo familiar que herdou a dança ancestral do Candombe, um dos mais antigos fundamentos espirituais do Congado. A comunidade é conhecida por manter vários grupos culturais, como as Guardas de Congo e Moçambique. Além do Candombe, Congo e Moçambique, a comunidade também pratica a Folia de Reis, a brincadeira do Boi da Manta, Pastorinhas, Quadrilha, e Batuque. Essas tradições são um ponto de união para adultos, idosos, crianças e adolescentes da comunidade. Uma característica notável da Irmandade

é sua qualidade no canto coral polifônico, que é uma das marcas distintivas das guardas de Justinópolis.

02 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A Irmandade abriga cerca de noventa famílias, totalizando mais de 300 pessoas (Brito, 2021, p. 62). O processo de tomada de decisão é intrinsecamente coletivo, com a organização de assembleias que exigem a participação de todos os membros para a discussão e consenso sobre questões comunitárias e a organização de eventos. A estrutura da Irmandade quilombola se caracteriza por uma dualidade organizacional: por um lado, existe uma hierarquia formal e juridicamente reconhecida; por outro, uma estrutura interna baseada em princípios informais, onde os papéis de liderança são atribuídos valorizando a experiência, o conhecimento e a contribuição social dos indivíduos mais veteranos na comunidade. A valorização da senioridade como critério para posições de destaque é uma prática comum, embora existam casos em que indivíduos mais jovens assumam papéis de liderança devido ao seu comprometimento e dedicação em preservar as tradições da comunidade (Silva, 2022, p.29).

03 INFORME HISTÓRICO

Justinópolis, antes da fundação de Ribeirão das Neves, inicialmente fazia parte do distrito de Venda Nova do Vilarinho em Belo Horizonte. Em 1911, foi transferida para o município de Contagem, em 1938 para Pedro Leopoldo, e em 1956, incorporou-se a Neves. As informações sobre a migração, estabelecimento e formação da comunidade local são majoritariamente baseadas nas memórias dos habitantes mais antigos.

Segundo Brito (2021, p. 60), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis, cuja origem remonta ao ano de 1919, originou-se de um grupo familiar que preservou a dança ancestral do Candombe, fundamental no congado. Seus primeiros líderes, Manoel Messias e Franquelino do Nascimento, organizaram as Guardas de Congo e Moçambique, mantendo viva essa tradição até hoje, com características de gênero distintas entre os grupos.

Com o passar do tempo, a Irmandade estabeleceu-se de forma mais concreta, com a construção de uma igreja em um terreno doado, tornando-se um centro cultural e religioso importante na região. A transição do grupo de um local conhecido como bairro de Areias para Justinópolis foi impulsionada por uma doação de terra pela família Labanca, admiradores da festa organizada pelo quilombo em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Neste terreno, foi construída posteriormente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Ibid.)

Segundo Brito (2021, p. 61) o mapa na próxima página mostra o terreno doado pela família Labanca, dividido em duas áreas: a maior, marcada em vermelho, e a menor, em azul. Segundo os quilombolas, na área azul residia um casal que, em troca de moradia, cuidava da igreja. Com o tempo, o casal teve filhos

e fixou residência permanente ali. Após o falecimento dos pais, os filhos venderam essa parcela a um empresário, que estabeleceu um posto de gasolina no local.

A área circulada em vermelho abriga a Igreja Nossa Senhora do Rosário, cercada por um cenário de construções diversas, incluindo casas e comércios variados. Ao longo dos anos, a Irmandade consolidou-se, sobrevivendo a mudanças e desafios, incluindo a venda de parte do terreno original. Em 2021, a Irmandade completou 132 anos, tendo sido certificada pela Fundação Zumbi dos Palmares em 2014 (Ibid).



Figura 2: Igreja Nossa Senhora do Rosário.

04 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

As tradições e festividades da Irmandade do Rosário de Justinópolis são variadas. O ciclo festivo inicia com a coroação dos reis Congos em janeiro, marcando o começo do ciclo do Rosário, que se estende ao longo do ano com diversas celebrações. Destacam-se as festas de São Sebastião, São Expedito e Nossa Senhora do Rosário, esta última sendo a mais concorrida, ocorrendo no segundo domingo de outubro (2021, p. 126).

Além dessas, a comunidade organiza a Folia de Reis entre dezembro e fevereiro, simbolizando a visita dos três reis magos ao menino Jesus. Este ciclo inclui a montagem e desmontagem do presépio, culminando na celebração de Nossa Senhora da Luz em fevereiro. A comunidade também mantém vivas outras

práticas culturais, como o Arraiá do pé-de-cana, uma festa junina com mais de 45 anos de tradição, e o coral Vozes de Campanhã, expressando a riqueza musical da comunidade (Ibid.).

Estas festividades e práticas culturais, realizadas no terreno da Igreja do quilombo e lideradas pelas Guardas de Moçambique e Congo Marinheiro, demonstram a vitalidade e a resiliência da comunidade quilombola de Justinópolis.

Originário de 1916, o Candombe é um elemento cultural vital para a Irmandade do Rosário de Justinópolis. Tocado inicialmente nas ruas, antes da construção da capela, simboliza os alicerces espirituais da Irmandade, destacando-se nas Festas do Rosário e em outros momentos importantes, como a celebração do centenário do território. Sua herança africana se manifesta no fortalecimento das tradições do Reinado, como nos rituais de coroação (Assis et al., 2022).

A hierarquia da Irmandade é bem definida, com reis e rainhas ocupando posições de destaque e usando trajes e símbolos representativos de suas funções. A Guarda de Moçambique, criada em 1950, tem um papel de proteção durante as celebrações, caracterizada por marchas específicas e som grave das caixas. Já a Guarda de Congo, predominantemente feminina, conhecida como Congo Marinheiro, reflete a história do povo ribeirinho, com instrumentação e vestuário distintos para cada marcha. O Coral Vozes de Campanhã, surgido dessa Guarda, é notável pela qualidade vocal e goza de grande reconhecimento por parte da comunidade cristã e por parte de outros corais de Minas Gerais. (Ibid.)

Segundo Silva (2022), no quilombo da Irmandade do Rosário, a prática da benzeção e o uso de ervas medicinais são elementos centrais da medicina tradicional, refletindo uma profunda conexão com a natureza e o legado ancestral africano e indígena. As benzedeadas da comunidade utilizam uma variedade de plantas e técnicas específicas para tratar diversos males físicos e espirituais, demonstrando um conhecimento profundo das propriedades curativas das ervas. Entre as plantas mais citadas estão:

- Guiné e Arruda: Amplamente reconhecidas por suas propriedades de proteção espiritual e purificação, são usadas em benzeções para afastar o mau-olhado e energias negativas.
- Hortelã e Manjeriço: Conhecidas por suas propriedades calmantes e digestivas, são frequentemente recomendadas em forma de chá para tratar problemas estomacais e como calmantes.
- Assa-peixe: Com propriedades anti-inflamatórias e expectorantes, é utilizada para complementar o tratamento de doenças respiratórias como gripe e bronquite.
- Levante (*Mentha citrata*): Reconhecida por suas propriedades calmantes, antiespasmódicas, e

antihelmínticas, é indicada para aliviar tensões, ansiedade e problemas respiratórios.

- Mastruz (erva-de-santa-maria ou chá mexicano): Utilizado para tratar vermes intestinais, má digestão e para fortalecer o sistema imunológico.

As técnicas de cura incluem não apenas o uso dessas ervas em chás, banhos, e unguentos, mas também a prática da benzeção, que envolve rezas e rituais específicos, muitas vezes acompanhados pelo uso de objetos simbólicos como o terço. Este processo de cura não se limita apenas ao tratamento dos sintomas físicos, mas se estende ao equilíbrio espiritual e emocional dos indivíduos, destacando a importância da fé e da palavra no processo de cura (Ibid.)

A transmissão desses conhecimentos se dá de forma oral, de geração em geração, com as mais velhas ensinando as mais novas, garantindo a perpetuação dessas práticas. Esse sistema de aprendizado enfatiza a importância da observação, da experiência pessoal, e da relação direta com a natureza. A benzeção, portanto, vai além do simples ato de curar, representando uma forma de resistência cultural e uma maneira de manter viva a conexão com as raízes ancestrais da comunidade (Ibid.)

05 TERRITÓRIO E USOS DA TERRA

A área onde hoje se localiza a Igreja do Rosário, próxima às residências dos quilombolas em uma região industrial urbana de Justinópolis, originalmente era parte de uma fazenda. Com o avanço urbano, novos desafios surgiram para as famílias que optaram por permanecer, enfrentando alterações sociais significativas. Diferentemente de um arranjo típico de casas em fileira, as moradias quilombolas estão dispersas por Justinópolis e outros bairros. Assim, a identidade quilombola transpôs a noção de espaço físico, com a Igreja do Rosário servindo como um epicentro material das vivências diárias da comunidade (Brito, 2021, p.64).

06 MAPA



Figura 3: Localização da Comunidade Quilombola de Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis.

07 **INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS**

Justinópolis conta com uma infraestrutura que inclui várias unidades de saúde, como o Hospital São Judas Tadeu e a Unidade Básica de Saúde (UBS) Justinópolis. Na área da educação, o distrito abriga instituições como a Escola Estadual José Maria Alkimim e a Escola Municipal Belo Vale. Em termos de infraestrutura básica, o distrito é atendido por serviços de fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e sistema de esgoto. Vias importantes como a Avenida Vilarinho e a MG-010 facilitam o acesso e a mobilidade dentro e fora do distrito, conectando Justinópolis a outras regiões de Ribeirão das Neves e áreas adjacentes.

Comercialmente, o distrito oferece aos seus moradores acesso a supermercados como o Supermercados BH e comércios locais diversificados. Justinópolis também possui estabelecimentos de serviços gerais, como farmácias e bancos.

08 **LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO COLETIVO**

PROTEÇÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	MUNICIPAL		ESTADUAL	-	FEDERAL	-
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	MUNICIPAL	-	ESTADUAL	-	FEDERAL	-
DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA						

- Certificação da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares: Processo nº 01420.001750/2015-13.
- **Decreto nº 4.887/2003:** este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme previsto no art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.
- **Decreto nº 4.886/2003:** institui A Política Nacional De Promoção Da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
- **Lei nº 12.288/2010- Estatuto da Igualdade Racial:** essa lei prevê medidas de combate à discriminação racial e estabelece políticas de promoção da igualdade para diversos grupos, incluindo as comunidades quilombolas.
- **Decreto nº 6.040/ 2007:** institui a Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Decreto nº 6.261/ 2007:** dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da agenda social quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- **Lei nº 11.947/2009:** esta lei determina que os recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, inclusive de comunidades quilombolas.

09

VULNERABILIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Irmandade do Rosário de Justinópolis enfrenta desafios significativos relacionados a vulnerabilidades sociais e econômicas. O município de Ribeirão das Neves, onde o quilombo se localiza, é considerado uma área de vulnerabilidade social, em grande parte devido às condições oferecidas pelo Estado para seus moradores. Inicialmente planejada para abrigar penitenciárias, a cidade não contemplou adequadamente as necessidades da população que veio a habitá-la e a construir suas histórias de vida.

Devido a problemas recorrentes com o teto da igreja de Nossa Senhora do Rosário, a comunidade está impedida de realizar suas celebrações e atividades na capela. A defesa civil interditou o local após o colapso do teto durante uma tempestade em 2017. Apesar de múltiplas solicitações ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e à administração municipal, as intervenções não foram eficazes. Um esforço de reparo começou em 2018, mas a reconstrução do telhado falhou, levando a outro desabamento em 2022. Seguiu-se uma tentativa de reparo pela prefeitura, que substituiu o teto por um de gesso, mas a solução se mostrou inadequada, mantendo a comunidade em constante risco. A prefeitura ainda não deu retorno nem estimou um prazo para os reparos necessários

10

FOTOGRAFIAS



Figura 4: Guarda de Moçambique do quilombo em atividade. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=906554846075168&set=g.521210904634135>. Acesso em: 31/01/2024



Figura 5: Rainha do Congado. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/521210904634135/media/photos>. Acesso em: 31/01/2024



Figura 6: Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sede do coletivo. Autor: Gleice Brito. Data: sem data.



Figura 7: Material de divulgação da Festa de São Sebastião de 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=769522355211584&set=a.543860344444454&locale=pt_BR. Acesso em: 31/01/2024

11

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Sônia Cristina de; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SOUSA, Genesco Alves de. Aprender a ser reinadeiro no cotidiano do Quilombo da Irmandade do Rosário de Justinópolis. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 48, e245486, 2022.

BRITO, Gleice Tamires Gomes de. O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG). 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, outubro de 2021.

Silva, Ronildo Geraldo da. Saberes tradicionais de benzedeiras e os processos educativos da EJA. Belo

Horizonte, 2022. 98f.: enc, il., color. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Sites:

CPI-SP (Comissão Pró-Índio de São Paulo). Terra Quilombola Irmandade do Rosário de Justinópolis. Disponível em: <https://cpisp.org.br/irmandade-rosario-de-justinopolis/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

IPATRIMÔNIO. Ribeirão das Neves - Quilombo Irmandade do Rosario de Justinópolis. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/ribeirao-das-neves-quilombo-irmandade-do-rosario-de-justinopolis/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MAPA DA CULTURA. Irmandade de Nossa Senhora do Rosario. Disponível em: <https://mapas.cultura.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MÍDIA NINJA. Quilombo de Justinópolis está há dois anos sem abrir a Igreja e exige providências da Prefeitura. Disponível em: <https://midianinja.org/news/quilombo-de-justinopolis-esta-dois-anos-sem-abrir-a-igreja-e-exige-providencias-da-prefeitura/>. Acesso em: 01/02/2024.